

A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS PÓS-2003

Carlos José Espíndola¹

¹Professor do departamento de Geociências da UFSC, Bolsista produtividade CNPq
carlos.espindola@ufsc.br

RESUMO: A formação sócio-espacial da Grande Florianópolis é composta por três microrregiões (Florianópolis, Tabuleiro e Tijucas) e conta com uma população de 994.095 mil habitantes, o que representa 15,1% da população do estado. A ocupação dessa formação regional realizada, entre meados do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX, foi construída na base de uma pequena produção familiar que desempenhou papel significativo na divisão nacional/regional do trabalho da produção agropecuária. Em sua trajetória de ascensão e queda, parte dessa pequena produção transformou-se em verdadeiros negócios agropecuários. Apesar do elevado grau de urbanização, da expansão da mancha urbana a partir de Florianópolis, da redução da população rural e do avanço dos segmentos industriais e de serviços na geração de renda regional, verifica-se no conjunto da formação regional e em alguns municípios específicos uma importância significativa do Valor Adicionado Bruto gerado pela agropecuária. Desvendar o papel da produção agropecuária da formação sócio-espacial da Grande Florianópolis pós-2003 é o objetivo geral do texto. Esse dinamismo veio acompanhado de alterações significativas nas estruturas produtivas regionais, promovendo novas características via concentração da produção, exclusão, especialização e diferenciação social. Na elaboração deste texto, optou-se pela abordagem exploratória via levantamento bibliográfico e documental relativo à temática exposta e o levantamento de dados estatísticos.

Palavras chaves: Formação sócio-espacial. Produção agropecuária. Grande Florianópolis.

THE AGRICULTURAL PRODUCTION OF THE SOCIO-SPATIAL FORMATION OF GREATER FLORIANÓPOLIS AFTER 2003

ABSTRACT: The socio-spatial formation of the Great Florianópolis composes of three micro-regions (Florianópolis, Tabuleiro, and Tijucas), and it has a population of 994,095 thousand inhabitants, which represents 15.1% of the state population. The occupation of this regional formation happened between the mid-eighteenth century and the first quarter of the nineteenth century. It was based on a small family production that played a significant role in the national/regional division of labor of agricultural production. In its upward and downward trajectory, part of this small production has turned into true agricultural business. Despite the high degree of urbanization, expansion of urban sprawl from Florianópolis, reduction of the rural population, the advancement of industrial and service segments in the generation of regional income, there is a regional formation and some specific municipalities of significant importance on Gross Value Added generated by the agriculture.

significativo na divisão nacional/regional do trabalho da produção agropecuária. Em sua trajetória, enquanto uma parte significativa entrou em decadência, uma outra parte transformou-se em verdadeiros agronegócios². Assim, em que pese o elevado grau de urbanização, o processo de expansão da mancha urbana a partir de Florianópolis, a redução da população rural e o avanço dos segmentos industriais e de serviços na geração de renda regional, constata-se, no conjunto da formação regional, uma importância significativa do valor gerado pelos agronegócios.

Entre 2003-2016, o Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária cresceu de R\$ 292 milhões para R\$ 956 milhões³. Enquanto em Angelina 43,87% do total gerado no município, em 2016, advêm dos agronegócios, em Rancho Queimado esse percentual sobe para 44,42% contra 41,51% de Antônio Carlos, 33,81% de Anitápolis e 27,29% de Águas Mornas (IBGE, 2018).

Desvendar o papel da produção agropecuária da formação sócio-espacial regional, pós-2003, é o objetivo principal do texto. Esse dinamismo veio acompanhado de alterações significativas nas estruturas produtivas regionais. As áreas agrícolas apresentaram transformações na sua estrutura, forma e função, promovendo com isso novas características produtivas territoriais via concentração da produção, exclusão, especialização e diferenciação social.

Tendo em vista a grande diversidade dos segmentos no interior dos agronegócios, procurou-se destacar o desempenho das atividades dentro da porteira⁴. Para tanto, foram selecionados os principais produtos com representatividade na produção, na área plantada e no Valor Bruto da Produção (VBP) e o VAB.

² Diferentemente de uma vasta bibliografia que associa agronegócio à produção de *commodities* e ao tamanho da área, definem-se, aqui, os agronegócios como uma cadeia produtiva “que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários, pela transformação e o seu consumo final” (CONTINI et al., 2006, p. 6). Segundo Castro (2002, p. 6-7), “o enfoque de cadeia produtiva provou sua utilidade, para organizar a análise e aumentar a compreensão dos complexos macroprocessos de produção e para se examinar o desempenho desses sistemas, determinar gargalos ao desempenho, oportunidades não exploradas, processos produtivos, gerenciais e tecnológicos. Ao incorporar na metodologia alternativas para análise de diferentes dimensões de desempenho das cadeias produtivas ou de seus componentes individualmente, como a eficiência, qualidade, competitividade, sustentabilidade e a equidade, esta tornou-se capaz de abranger campos sociais, econômicos, biológicos, gerenciais, tecnológicos, o que ampliou possíveis aplicações desse enfoque para um grande número profissionais e de instituições. Entre estas aplicações, aquelas relacionadas com a prospecção tecnológica e não tecnológica”. Cabe destacar que o processo modernizador da agricultura brasileira pós 1965, assentado na política de crédito subsidiado via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), na política fundiária e tecnológica fez emergir na estrutura produtiva da agricultura brasileira diferentes cadeias produtivas, ou em outros termos agronegócios. Esse processo resultou na elevação da produtividade agropecuária, no aumento dos ganhos de escala, na diversificação produtiva, na implantação de novas relações de produção, na dissolução da estrutura produtiva rural autossuficiente, na criação de um novo tipo de produtor, na exclusão de produtores menos capitalizados, na diminuição da população rural, no aumento da área plantada de diversas culturas (fumo, arroz, banana, alho, feijão, soja, milho, maçã, uva) em contraposição à redução da área no plantio do trigo e feijão, na concentração regional da produção, na inserção crescente da produção na divisão internacional do trabalho alimentar e na ampliação do uso de terras antes não ocupadas, entre outras transformações (DELGADO, 1985, GONÇALVES, 1995).

³ o “conceito de Valor Adicionado Bruto (VAB) é utilizado como medida da riqueza social gerada em uma região ou país em determinado período. A definição do VAB é dada pela diferença entre o Valor Bruto da Produção (VBP) e o consumo intermediário (CI). Isto é, o valor de todas as mercadorias que entram na produção de outras mercadorias é descontado do valor total das mercadorias produzidas” (FARIA, 1983, p. 109-110). Já o VBP é a expressão monetária da soma de todos os bens e serviços produzidos em determinado território econômico, num dado período de tempo (BRASIL, 2018). Faria (1983) assinala que esse agregado macroeconômico pode trazer distorções, como a dupla contagem.

⁴ Conforme Gonçalves (2005, p. 34-36), essas atividades dividem-se em: (i) pré-porteira – agroindústrias de bens de capital da agricultura, que responde pelo fornecimento dos insumos e equipamentos – agroindústria de fertilizantes, defensivos, sementes, agroindústria de tratores e colheitadeiras, agroindústria de equipamentos de irrigação e armazenamento; (ii) dentro da porteira – agropecuária, que representa o processo biológico de produção, majoritariamente realizado no campo – lavouras permanentes, lavouras temporárias, extrativismo vegetal e animal, criações aquícolas, a pasto e em confinamento; e (iii) pós-porteira – agroindústrias de processamento, agrosserviços da preparação e logística, agrosserviços transacionais (corretoras especializadas em produtos, lobistas e grupos de pressão, corretoras das Bolsas de Mercadorias) e de distribuição (atacadistas, varejistas, empresas exportadoras).

Ademais, optou-se pela abordagem exploratória por meio de levantamento bibliográfico e documental referente à temática exposta em artigos publicados, teses e livros. O levantamento de dados estatísticos foi realizado nos relatórios da EPAGRI/ICEPA, nos relatórios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O texto é composto, além da introdução e da conclusão, de duas partes. A primeira sobre o surgimento dos agronegócios da formação sócio-espacial da grande Florianópolis e a segunda sobre o dinamismo agropecuário regional.

1- Da pequena produção aos agronegócios

Diferentemente da ocupação do Nordeste brasileiro, que se fez por intermédio do sistema de capitânicas hereditárias e de doações de sesmarias, isto é, de forma tipicamente feudal (RANGEL, 2005), a ocupação das áreas subtropicais por parte da coroa portuguesa só ocorreria de modo concreto a partir de meados do século XVII.

Em Santa Catarina a ocupação inicial do território decorre da política expansionista da coroa portuguesa. A partir da capitania de São Vicente, na segunda metade do século XVII, expandiu-se uma frente de povoamento esparsa e de baixa densidade demográfica (PELUSO JR., 1991), que desenvolveu uma economia natural. Ainda, por estímulos da coroa portuguesa, a economia natural que se desenvolvera no planalto paulista, com destaque para a criação de bovinos, expande-se para o Sul: Sorocaba, Itapetininga, Itapeva, Ponta Grossa, Curitiba, Lapa, Curitiba, Lages, Vacaria, Cruz Alta e São Borja, já nos Pampas gaúchos. A descoberta de ouro em Minas Gerais inauguraria o “caminho do Sul”, entre Sorocaba e Viamão, onde se constituiria o povoamento da vasta zona dos campos meridionais, juntamente com o que já se estabelecera ligando Laguna (SC) às Vacarias (RS).

Enquanto o povoamento dos campos meridionais estava garantido pela presença de grandes estâncias, que conjugavam relações feudais de propriedade e de trabalho (MAMIGONIAN, 1998), as áreas litorâneas de núcleos esparsos não constituíam, ao governo português, a garantia de posse da região Sul. Tal fato levou o governo português a implantar, de Santa Catarina ao Rio Grande Sul, o sistema de colonização com casais açorianos e madeirenses.

Assim sendo, as terras catarinenses da fachada atlântica, com destaque para os municípios atuais de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, foram sendo ocupadas, no século XVIII, por casais açorianos, constituindo-se na maior intervenção geopolítica e geoeconômica do governo português no Sul do Brasil. Segundo Mamigonian (1998) essa ocupação promoveu conseqüências duradouras e variadas como: (1) a grande produção policultora, com exportações de farinha de mandioca, durante todo o século XIX, para o Rio de Janeiro, Salvador e Recife; (2) a integração dos pescadores madeirenses às atividades da pesca da baleia e das armações; (3) as migrações de alguns açorianos aos pampas gaúchos, onde se tornaram estancieiros; (4) a manutenção de terras de uso comum e (5) a experiência de colonização em pequenas propriedades. Portanto, nessas áreas, teve início uma agricultura de subsistência que gradativamente se transforma em uma pequena produção mercantil que abastecia o mercado local, regional e nacional.

Trata-se, da primeira etapa de ocupação das terras catarinenses, caracterizada pela atividade pecuária extensiva nas áreas de campos e uma produção mercantil diversificada de produtos agropecuários.

Concluída a primeira etapa, começou, no primeiro quartel do século XIX, o processo de ocupação das terras das áreas de matas existentes. Assim, estabeleceram-se, na área à fronteira de Desterro/Florianópolis, colônias alemãs em São Pedro de Alcântara, Santa Isabel, Leopoldina, Vargem Grande, entre outras. Todas elas em lugares onde os caminhos de tropa e de gado entravam na selva e saíam dela (WAIBEL, 1949). Nelas se desenvolvia uma pequena agricultura assentada na rotação de culturas com jardins e hortas, juntamente com a criação do gado crioulo adquirido dos tropeiros (CRUZ, 2008, p. 21).

Entretanto, o relevo íngreme, a baixa fertilidade do solo e a falta de estruturas que agilizassem o transporte de excedentes até o litoral dificultaram a criação de núcleos populacionais densos, chegando à estagnação e a um déficit populacional. Tais fatores contribuíram para disseminar parte desses imigrantes para outras áreas próximas ao litoral (São José, Santa Amaro da Imperatriz, Biguaçu, Antônio Carlos) e áreas mais distantes, como Blumenau, Rio do Sul, Brusque, Bom Retiro, São Ludgero, entre outros (CRUZ, 2008). Ressalte-se ainda a instalação, pós 1836, vários núcleos coloniais de origem italiana no vale do Rio Tijucas (ROSA, 2014).

Enquanto os núcleos de colonização açoriana, entre o final do século XIX e as décadas de 1930/50, entravam em gradativa decadência, como demonstraram Souza (2011), Alves (2012) e Campos (2013), as colônias de imigrantes alemães e italianos (Rancho Queimado, São José, Santo Amaro da Imperatriz, Angelina, Alfredo Wagner, Nova Trento, entre outras) passaram a intensificar a produção agrícola voltada diretamente à comercialização (CRUZ, 2008).

Nesse processo, as áreas antes ocupadas pela pequena produção mercantil (açoriana e parte alemã) passaram a ser utilizadas, a partir dos anos de 1940, para fins de loteamentos, conforme demonstraram Campos (2009) e Vera (2018). Processo semelhante ocorre nos anos pós-1990, nas antigas áreas de produção agrícola de origem alemã (Rancho Queimado, São Bonifácio, Águas Mornas, Angelina, Santo Amaro da Imperatriz, etc.), por meio dos condomínios fechados (CONSTANTE, 2011).

Nos anos pós-1960, muitas pequenas propriedades foram incorporadas ao processo de modernização da agricultura. A difusão da modernização resultaria em uma nova dinâmica da agricultura regional. Em 1985, de um total de 4.051 propriedades agropecuárias na microrregião de Florianópolis, 2.527 utilizaram fertilizantes; 3.299 usaram defensivos agrícolas; 737, tratores; e 380, arados de tração mecânica. Processo semelhante ocorreu nas demais microrregiões da grande Florianópolis (EPAGRI/ICEPA, 1995).

Essa modernização seletiva e excludente possibilitou o surgimento de diferentes cadeias produtivas específicas (horticultura, avicultura, flores, folhagens, entre outras) e um novo tipo de produtor lastreados na lógica ampliada do capital. A essas cadeias somaram-se outras nos anos de 1990 (produtos orgânicos). Em 2001, na Grande Florianópolis, existiam 58 propriedades com manejo orgânico, sendo quarenta delas propriedades na produção de olerícolas, dezesseis de frutíferas e duas de produção animal (OLTRAMARI et al., 2003).

Enquanto se intensificava o processo de urbanização de Florianópolis pós-1950/60 (FACCIO, 1997), que resultou na redução da população rural, no aumento dos segmentos industriais, comerciais e de serviços, na geração de renda e na consolidação de um grande aglomerado urbano, vários municípios passaram a ter nos agronegócios vinculados sua principal fonte de renda.

Com esses agronegócios, tais municípios tornaram-se os principais fornecedores de produtos *in natura* aos mercados locais e regionais. Em 1995, somente o VBP da horticultura da Grande Florianópolis foi de R\$ 11,1 milhões, tendo a microrregião de Florianópolis participado com 71% do valor gerado, contra 22,5% da microrregião do Tabuleiro. Em 2000, enquanto o VBP total da agropecuária da microrregião de Florianópolis foi de R\$ 56,4 milhões, o da microrregião do Tabuleiro chegou a R\$ 62,4 milhões (EPAGRI/ICEPA, 2002).

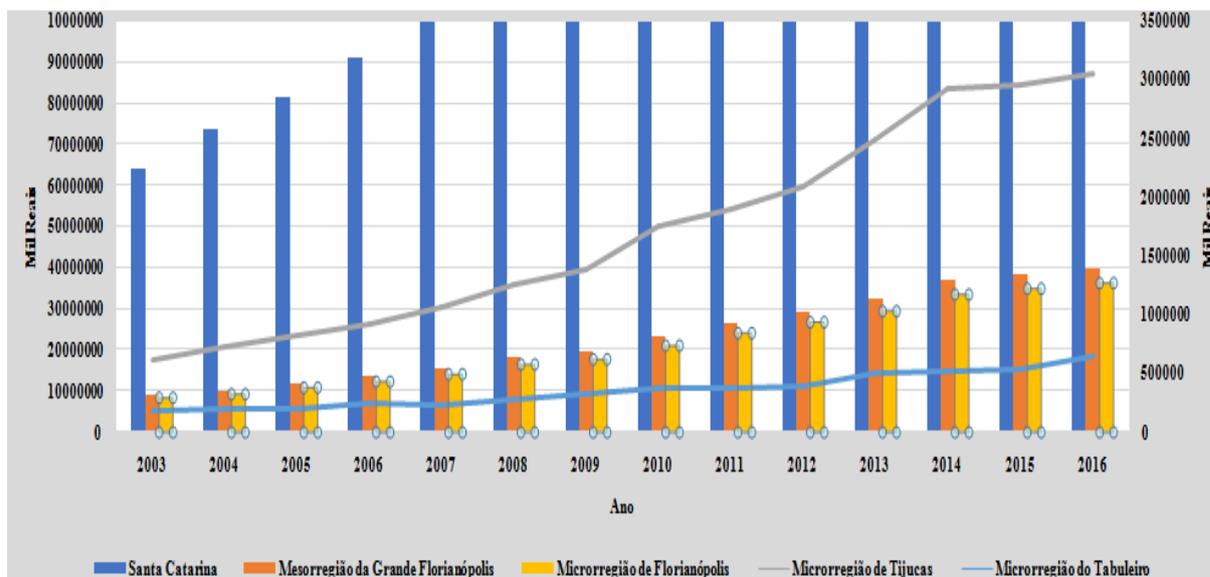
Em termos gerais, os anos pós-1970 marcam definitivamente uma alteração na estrutura agrária e urbana da formação sócio-espacial da Grande Florianópolis. Emergiu um grupo de produtores que passou a se orientar por uma racionalidade técnica via introdução de novos processos e produtos. Em outras palavras, na incorporação do progresso técnico, tanto a jusante quanto a montante do setor agropecuário. Já outros produtores, por sua vez, desapareceram, arrendando e/ou vendendo suas terras. Muitos desses produtores irão compor o contingente de mão de obra disponível para as atividades ligadas à construção civil, aos serviços públicos e a diversas outras.

Esse processo teve continuidade nos anos pós-2003. Nesse sentido, questiona-se: qual foi a dinâmica da produção agropecuária da formação sócio-espacial da Grande Florianópolis?

2 - O dinamismo agropecuário da formação sócio-espacial regional pós-2003

Para o conjunto da economia catarinense, entre 2003-2016, o PIB do estado apresentou um crescimento de 2,2 vezes, passando de R\$ 64 bilhões para R\$ 191,7 bilhões (ESPÍNDOLA, 2018). Na formação sócio-espacial da grande Florianópolis, o PIB cresceu de R\$ 9,2 bilhões para R\$ 40 bilhões entre 2003-2016, conforme Gráfico 1. Contudo, entre as microrregiões o crescimento foi diferenciado. Enquanto a microrregião de Tijucas cresceu de R\$ 619 milhões para R\$ 3 bilhões, isto é, um aumento de cinco vezes, a microrregião de Florianópolis passou de R\$ 8,4 bilhões para R\$ 36,3 bilhões, o que representa um crescimento de 4,3 vezes.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto a preços correntes (mil reais)

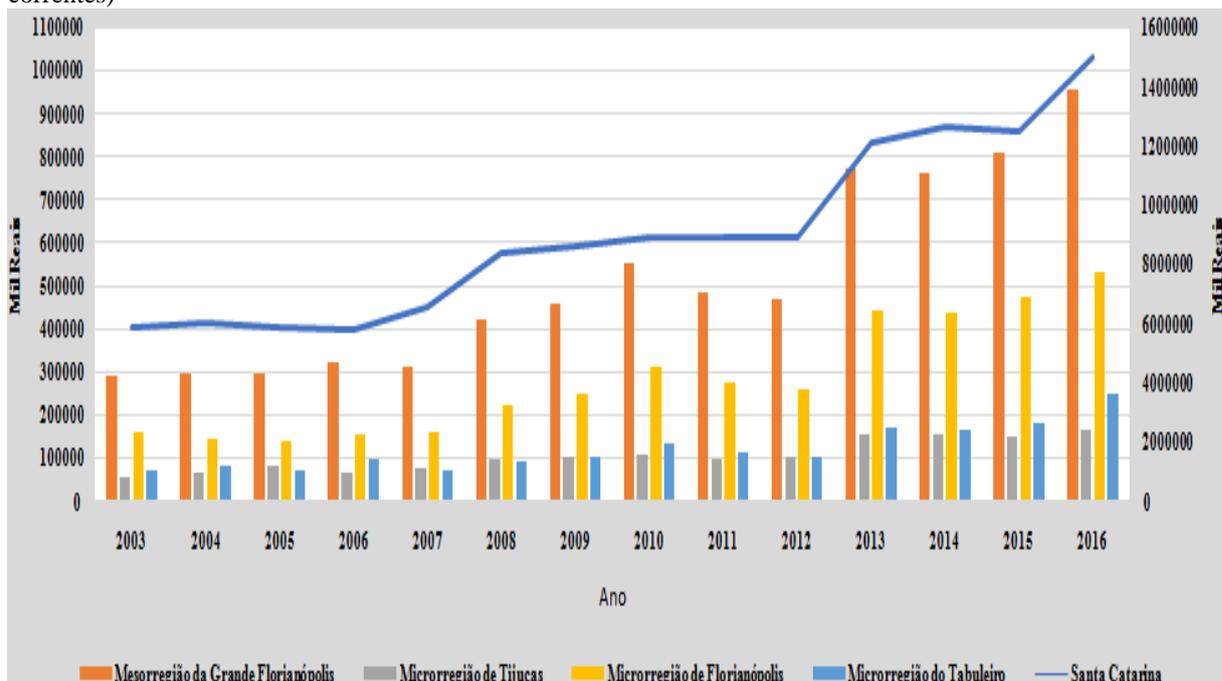


Fonte: IBGE (2018)

Setorialmente, enquanto o VAB gerado nos serviços aumentou sua participação, o segmento industrial e o agropecuário apresentaram redução, entre 2003-2016, de 16,9% para 16,5% e de 3,8% para 2,86%, respectivamente, no valor total. Processo semelhante ocorreu no conjunto da economia catarinense em que o maior crescimento ocorreu no setor de serviços, com um aumento do valor gerado em 533%, contra um crescimento de 421% da indústria e de 375% da agropecuária (ESPÍNDOLA, 2018). Em termos microrregionais, enquanto a participação do VAB agropecuário do Tabuleiro diminuiu de 44,27%, em 2003, para 41,30%, em 2016, a participação do VAB agropecuário no total gerado de Tijucas caiu de 10,8% para 6,21%.

Analisando-se o VAB da agropecuária da formação sócio-espacial da Grande Florianópolis, nota-se que, entre 2003-2016, o valor cresceu de R\$ 292 milhões para R\$ 956 milhões, o que corresponde um aumento de 3,2 vezes. Destaca-se o crescimento da microrregião do Tabuleiro, que passou de R\$ 74 milhões para R\$ 252 milhões. Já a microrregião de Florianópolis mostrou uma evolução do valor de R\$ 160 milhões para R\$ 530 milhões, contra um crescimento de R\$ 56 bilhões para R\$ 67 bilhões da microrregião de Tijucas, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – VAB da agropecuária da formação sócio-espacial da Grande Florianópolis (mil reais – a preços correntes)



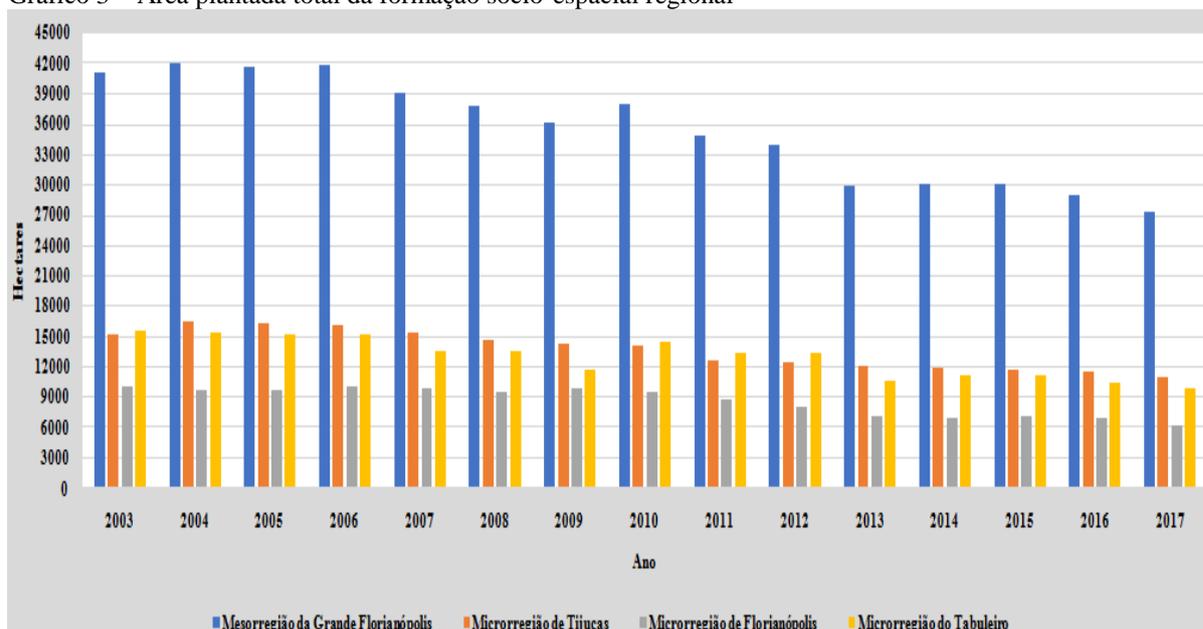
FONTE: IBGE (2017)

Entretanto, destaca-se que, apesar desse crescimento, a participação do VAB agropecuário no total geral gerado reduziu de 3,88% para 2,86%. A diminuição manifestou-se em todas as microrregiões. Enquanto na microrregião de Tabuleiro reduziu de 44,27% para 41,30%, a participação do VAB agropecuário na geração de renda total, na microrregião de Tijucas, decaiu de 10,8% para 6,21% no mesmo período. A perda de participação da agropecuária no valor adicionado total manifestou-se também em vários municípios. Enquanto em Rancho Queimado, em 2003, 50,15% do valor adicionado advinha da agropecuária, em 2016, reduziu para 44,42%.

Cabe ressaltar que a redução de participação não ocorreu apenas com a agropecuária. Muitos municípios tiveram também queda de participação da indústria no valor adicionado total. Destacam-se, dentre eles, Angelina, Anitápolis, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Palhoça, Rancho Queimado, São José. Se por um lado, Santo Amaro da Imperatriz reduziu de 11,13% de participação da agropecuária no total geral para 4,50%, por outro, a participação da indústria subiu de 25,89% para 44,61%, no período entre 2002-2016. Processo semelhante ocorreu com Major Gercino, que apresentou, no mesmo período, um aumento de participação da indústria de 13% para 17,51%. O acréscimo na participação da indústria também se manifestou em Águas Mornas, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Paulo Lopes, São Bonifácio e São Pedro de Alcântara (IBGE, 2018).

O crescimento do VAB contrastou, com a queda da área plantada, conforme Gráfico 3. Entre 2003-2017, a área plantada na região decresceu de 41.057 ha para 27.443 ha, o que representou uma queda de 33,16%. Em termos microrregionais, enquanto a região de Tijucas reduziu a área plantada em 27,28%, passando de 15.258 ha para 11.096 ha, Florianópolis diminuiu 37,57%, contra 36,11% de Biguaçu, que passou de 15.680 ha para 10.019 ha. Ressalte-se que Santa Catarina, entre 2003-2016, o declínio da área plantada da lavoura permanente foi de 3,5%, passando de 78.392 hectares para 75.581 hectares, e da área das culturas temporárias, em 12,51%, reduzindo-se de 1,7 milhão de ha para 1,5 milhão.

Gráfico 3 – Área plantada total da formação sócio-espaial regional



Fonte: IBGE (2018)

Proporcionalmente, as maiores perdas de áreas plantadas ocorreram nas lavouras temporárias, com uma redução de 33,48% da área, passando de 39.320 ha para 26.158 ha, contra uma abaixamento de 26,6% das lavouras permanentes. Entre 2003-2016, houve uma queda de 30% da área plantada com culturas temporárias e 18% com produtos da cultura permanente. Microrregionalmente, enquanto a área plantada com lavouras temporárias na microrregião de Tabuleiro reduziu 36,6%, passando de 155.554 ha para 9.864 ha, a área plantada na microrregião de Florianópolis decaiu 36%, passando de 8.902 ha para 5.700 ha. Nas lavouras permanentes, a maior queda da área destinada à colheita foi de 51,4% na microrregião de Florianópolis. Em contrapartida, cresceu a área destinada à colheita na microrregião de Tabuleiro em torno de 23%.

Excetuando-se o arroz, que exibiu uma variação percentual de crescimento de 47% na área plantada, os demais produtos mostraram queda da área plantada, com destaque para a batata (-86%), o feijão

(-71%), o tomate (-50%) e a cana (-43%). Salienta-se que, em 1990, essa região respondia sozinha por 51% da produção estadual de tomate, 42,1% da produção de cana-de-açúcar e 21,9% da de cebola. Em 2016, respectivamente, representou 12,9%, 11% e 17%.

Apesar da queda da área plantada, o VBP total e dos principais produtos da formação sócio-espacial regional expandiu-se. Entre 2003-2017, o VBP das culturas temporárias cresceu de R\$ 170,9 milhões para R\$ 276,7 milhões, com ênfase para a microrregião de Tijucas, que teve o seu VBP acrescido em 204%, contra 65,65% da microrregião de Tabuleiro e, apenas, 3,9% de acréscimo no VBP da microrregião de Florianópolis. O crescimento do VBP da microrregião de Tijucas deve-se aos valores auferidos pela cultura do fumo, cebola, mandioca e arroz, representando 90,7% dos valores gerados. Na microrregião de Tabuleiro merece destaque a produção de cebola, fumo e tomate, que representam 84,2% do valor total gerado.

Nas culturas permanentes, o valor total gerado na mesorregião teve um crescimento da ordem de 344%, passando de R\$ 8,4 milhões, para R\$ 28,9 milhões com realce para o aumento de 4,2 vezes do valor gerado na microrregião do Tabuleiro e 3,9 vezes de Florianópolis, que passou de R\$ 4,9 milhões para R\$ 19,4 milhões, com evidência para a produção de banana e de palmito, que equivalem a 36% e 28%, respectivamente, do valor gerado pela microrregião de Florianópolis.

O desempenho da pecuária na mesorregião da grande Florianópolis proporcionou, entre 2003-2017, movimentos de ascensão e queda da quantidade de animais. Assim sendo, enquanto o número de cabeças de bovinos cresceu de 158,6 mil para 199,2 mil, o efetivo de suínos reduziu-se de 30 mil cabeças para 10,7 mil, e o número de aves, de 4,2 milhões para 2 milhões de cabeças. O maior crescimento do efetivo de bovinos incidiu na microrregião do Tabuleiro, com 42% de aumento, passando de 52.241 cabeças para 74.228 cabeças. Em contrapartida, essa microrregião teve uma queda de 86% do efetivo de suínos e um acréscimo de 22,3% do efetivo de aves. A queda mais acentuada no efetivo de aves ocorreu na microrregião de Florianópolis. De um total de 3,2 milhões de cabeças, em 2003, o número reduz para 1 milhão de cabeças.

A formação sócio-espacial da Grande Florianópolis sobressai na horticultura convencional e orgânica, como evidenciaram diversos autores⁵. Cavichioli (1997) afirma que, enquanto em Antônio Carlos, Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu e Águas Mornas destacam-se a produção de temperos e folhosas, em Angelina, Rancho Queimado, Anitápolis e Alfredo Wagner predominam os cultivos de cebola, batata inglesa, pimentão, tomate, pepino, cenoura, etc.

Reportagem do jornal *Notícias do Dia* (2014) indica que a região produz 59% de todo o alface do estado, 80% de toda a couve, 75% de todo o milho verde, 73% de todo o brócolis, 98% de todo o chuchu, 93% de todo o espinafre, entre outros, como, por exemplo, rúcula, berinjela, agrião, batata doce e couve-flor (NOTÍCIAS DO DIA, 2014).

Em 2006, existiam 3.338 estabelecimentos em Santa Catarina atuantes na horticultura. Desse total, 38,91% concentravam-se na Grande Florianópolis, com evidência para o município de Florianópolis, com 601 estabelecimentos. Enquanto os estabelecimentos catarinenses foram responsáveis por um valor bruto de R\$ 165,1 milhões de reais, os estabelecimentos localizados na mesorregião geraram R\$ 76,9 milhões, originando-se 69,33% desse valor da microrregião de Florianópolis.

Ao comparar os censos agropecuários de 2006 e 2017, foi possível conferir uma mudança territorial na estrutura de produção de alguns hortifrutigranjeiros. Assim sendo, em 2017, enquanto o município de Antônio Carlos concentrava 61% da produção de agrião, 78% da produção de hortelã e 46,7% da de couve folha, Angelina concentrava 60,4% da produção de batata baroa.

Cabe ressaltar que, em 2006, o município de Antônio Carlos concentrava a produção de alface (50,7%), de brócolis (49%), de chuchu (53,9%), de cebolinha (53,2%), de couve folha (75,6%), de rúcula (57,1%) e de salsa (69,9%). Em todos esses produtos Antônio Carlos perdeu participação, acrescentando somente em hortelã. A perda de participação se fez também em diversos municípios como, por exemplo, Biguaçu que, em 2006, detinha 72,6% da produção de espinafre e 43,5% da produção de berinjela. Portanto, um processo de desconcentração.

Em termos gerais, os dados demonstram que sobrevém um processo de concentração/desconcentração territorial da produção. Vários municípios perdem participação na estrutura de mercado de determinados produtos, mas ganham em outros em um verdadeiro processo de especialização. Nesse caso, sobressaem os produtores de Águas Mornas, concentrando esforços na produção de abobrinha, milho verde e vagem, representando, respectivamente, 23,6%, 32,2% e 42,4%, do total produzido pelo estado.

⁵ Ver a esse respeito Prates e Corrêa (1987); Elicher (2002); Henkes (2006); e Zanin (2011).

Processo semelhante ocorre com Santo Amaro da Imperatriz que reduz a sua participação na produção de vagem e milho verde, e aumenta a cultura de abobrinha e espinafre. Essa especialização é ainda confirmada quando se examinam os dados do número de unidades produtoras. Em Antônio Carlos, por exemplo, entre 2006-2017, apenas dezenove unidades dedicaram-se à produção de Agrião, e, em 2017, apenas 23 produziram hortelã. Em 2006, somente quatro unidades produziam hortelã. Processo semelhante advém em outros municípios. Assim, o que se observa é um movimento de ampliação do número de unidades produtoras dedicadas a um determinado produto e uma redução em outros.

A formação sócio-espacial da grande Florianópolis tem grande relevância ainda na produção de gramas, flores e folhagens. No início da década de 1990, a floricultura catarinense entrou definitivamente no mercado nacional, dominando o setor de paisagismo (AKI; PEROSA, 2002 apud SILVA; LOUREIRO; GALDINO, 2014). Em 2007, o estado de Santa Catarina possuía 372 produtores espalhados em 112 municípios (BUANAIN; BATALHA, 2007). Contudo, 70% concentrava-se “no triângulo formado pelas cidades de Florianópolis, Joinville e Rio do Sul” (SEBRAE, 2015). Em 2000, a produção de Santa Catarina era especializada no cultivo de plantas para jardins, que concentrava 65% de toda a área da floricultura, seguido da produção de gramas, sementes em geral e flores secas, com 25%. Os 10% restante da área eram ocupadas pelas flores e folhagens para corte com 4,5% e as plantas envasadas com 5,5% (BUDAG; SILVA, 2000 apud SEBRAE, 2015).

Com base nos dados do censo agropecuário de 2006, do total de 116 unidades produtoras de gramas em Santa Catarina, 56 localizavam-se na Grande Florianópolis, concentrando Biguaçu 83,92% da mesorregião e 40,5% do estado. Na produção de flores e folhagens para corte, existiam 96 unidades produtoras em Santa Catarina, sendo 17,7% localizadas na Grande Florianópolis. Em 2010, 121 municípios atuavam na produção de plantas e flores ornamentais. Desse total, dezoito eram da mesorregião da Grande Florianópolis.

A produção agropecuária da formação sócio-espacial da Grande Florianópolis tem papel decisivo na dinâmica urbano regional. Por um lado, suprindo a demanda por alimentos da população da região. Em 2000, 32% das frutas, verduras e legumes comercializados na Ceasa/SJ eram provenientes dos municípios que compõem a formação sócio-espacial regional⁶. Entre 1996-2004, o volume de produtos da horticultura comercializados na Ceasa/SJ, pelos municípios de Antônio Carlos, Águas Mornas, Angelina, Biguaçu, Santo Amaro cresceu 1,5 vez, passando de 157,7 mil kg para 241,4 mil kg. Do total comercializado, enquanto o volume do município de Angelina cresceu 54%, o volume de Biguaçu aumentou 114%, contra 27% de Águas Mornas. Em termos de valor geral, cresceu 2,69 vezes, passando de R\$ 71,5 milhões para R\$ 191,3 milhões (HENKES, 2006).

Em 2010, segundo a Síntese Anual da Agricultura Catarinense (EPAGRI/CEPA, 2010-2011, p.94), a “mesorregião Grande Florianópolis comercializou 81,2 mil toneladas, principalmente de raiz, tubérculo, rizoma, folha, flor, fruto e haste, propiciando um volume financeiro de 72,63 milhões de reais nas operações comerciais” (EPAGRI/ICEPA, 2010-2011, p. 94). Gelbcke (2018, p. 162) afirma, com base nos dados da CEASA, que dos 45.078.151 kg de produtos comercializados em 2015, 28% foram originários dos municípios da Grande Florianópolis. Produtos, como hortaliças, verduras, legumes e raízes, representaram 50%. Desses produtos, 80% vieram de apenas seis municípios (Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Antônio Carlos, Angelina, Alfredo Wagner e Biguaçu).

Por outro lado, a produção agropecuária da Grande Florianópolis interfere no dinamismo da mobilidade populacional. Entre 2000-2010, enquanto a população da formação sócio-espacial da grande Florianópolis cresceu de 13,6% de participação da população total do estado, para 15,9%, o grau de urbanização passou de 90,3% para 92,1%. Contudo, existem disparidades intra-regionais pois, enquanto a população da microrregião de Florianópolis cresceu a uma taxa de 23,89%, a microrregião do Tabuleiro desenvolveu-se apenas 2,72%, reduzindo a sua representatividade da população na Mesorregião de 2,90% para somente 2,41%.

Alguns municípios, como os de São Bonifácio e Anitápolis, chegaram a ter suas populações diminuídas (COSTA et al., 2013, p. 10). Com uma taxa de urbanização de só 35,46%, aspectos como uma economia dependente da produção agropecuária em processo de redefinições⁷ e a falta de um polo

⁶ Conforme Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL (ELICHER, 2002).

⁷ Apesar de essa microrregião apresentar uma agricultura diversificada, demonstrou-se que vem ocorrendo um processo de reconfiguração regional da produção agropecuária. Nesse sentido, destaca-se a perda de participação no volume produzido em alguns produtos, como, por exemplo, Águas Mornas, Anitápolis e Rancho Queimado.

centralizador “agem como fatores de expulsão da população, que em grande parte migra em direção ao eixo metropolitano de Florianópolis” (COSTA et. al., 2013, p. 12).

Na microrregião de Tijucas, com um crescimento populacional a uma taxa de 31,66 % entre 2000-2010, os municípios com menor grau de urbanização (Angelina e Leoberto Leal) tiveram crescimento negativo de população. Em contrapartida, São João Batista, Tijucas e Major Gercino apresentaram crescimento populacional. Segundo Costa et al. (2013), São João Batista e Tijucas agem como ponto de atração para a população dos municípios menores. Os autores esclarecem que vem ocorrendo um esvaziamento populacional na microrregião do Tabuleiro e em alguns municípios da microrregião de Tijucas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi demonstrado, neste texto, que o processo de ocupação da formação sócio-espacial da Grande Florianópolis fez-se pela presença da pequena produção mercantil, que, em sua trajetória, ascendeu e declinou. Nos anos pós-1960, uma parcela dessa pequena produção não mediu esforços na constituição de agronegócios específicos que passaram a abastecer as demandas alimentares urbanas.

Advogou-se que, entre 2003-2017, a produção agropecuária da formação sócio-espacial da Grande Florianópolis apresentou um aumento do VAB agropecuário gerado, um aumento do VBP, uma redução das áreas plantadas das culturas temporárias e permanentes, uma redução do plantel de aves e suínos e um aumento do rebanho de bovinos.

Ademais, a despeito de a estrutura produtiva da agricultura da região em foco apresentar-se diversificada, demonstrou-se que vem ocorrendo um processo de reconfiguração regional da produção agropecuária, caracterizado pela concentração/desconcentração da produção, disseminação de determinados produtos e exclusão de produtores. Esses processos estão acelerando a especialização produtiva territorial.

Contudo, esses movimentos se fizeram de forma diferenciada entre as microrregiões e em termos de produtos, o que indica, por sua vez, um processo de redefinição da atividade agropecuária regional na divisão nacional/regional do trabalho, pois uma determinada área “não tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixas e relações de produção e de propriedade imutáveis. Interação e evolui no processo” (SANTOS, 1977, p. 84).

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. C. *Evolução e permanências dos usos agrários na ilha de Santa Catarina*, 2012, 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191054>. Acesso em; 20 abr.2019.
- BRANDT, M. Agricultura e urbanização na paisagem do município de São José-SC (Séculos XVIII a XX). *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 23, p. 7-6, 2018.
- BRASIL. *Valor Bruto da Produção Agropecuária*. 2018. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso em; 25 jun. 2019.
- BUANAIN, A. M.; Batalha, M. O. *Cadeias Produtivas de Flores e Mel*. Brasília: IICA. 2007.
- CAMPOS, N. J de. São José: faces do rural no transcorrer histórico. In: CAMPOS, N. J de; BRANDT, M.; CANCELIER, J. W. (Org.). *O Espaço rural de Santa Catarina: novos estudos*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- CAMPOS, E. T. *A expansão urbana na Região Metropolitana de Florianópolis e a dinâmica da Indústria da Construção Civil*. 380f. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, UFSC, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191054>. Acesso em; 20 abr.2019.
- CASTRO, Antônio Maria Gomes de. Cadeia produtiva: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica. SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 22., 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: Fieb, 2002. v. 1, p. 1-14.

CASTRO, Iná E. de. Análise geográfica e o problema epistemológico da escala. *Anu. Inst. Geoc.* (online). v. 15, p. 21-25. 1992. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/article/download/5932/4529>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CAVICCHIOLI, Maria A. B. *As hortaliças na Grande Florianópolis – da produção ao consumo – a ação dos agentes intermediários*. 1997. 227 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191054>. Acesso em; 20 abr.2019.

CONTINI, Elísio *et. al.* Evolução recente e tendências do agronegócio. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, v. 1, n. 15, p. 5-28. 2006.

COSTA, A. *et al.* A socioeconomia da mesorregião da Grande Florianópolis durante o intervalo censitário de 2000 a 2010. *Texto para Discussão*. n. 5, p. 1-33. Florianópolis, 2013.

CONSTANTE.V. T. *Rancho Queimado: uma periferia de amenidades da grande Florianópolis?* 2011.168 f. Mestrado (Dissertação em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191054>. Acesso em; 20 abr.2019.

CRUZ, Karina Martins da. *A contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio-espacial catarinense: o caso da região metropolitana de Florianópolis (SC)*. 2008. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191054>. Acesso em; 20 abr.2019.

DELGADO, G. da Costa, *Capital financeiro e Agricultura no Brasil – 1965-1985*. Campinas: UNICAMP. 1985.

ELICHER, Maria Jaqueline. A agroecologia e o desenvolvimento sustentável: uma construção teórica para a análise da agricultura familiar. *Revista de Ciências Humanas*. v. 3, n. 31, p. 67-91. 2002.

EPAGRI/ICEPA. *Avaliação do Valor Bruto da Produção Agropecuária nas Microrregiões Geográficas de Santa Catarina - 2000-2001*. Florianópolis, 2002.

EPAGRI/CEPA. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. *Síntese Anual da Agricultura Catarinense 2017-2018*. Florianópolis, 2019. Disponível em: http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=3210. Acesso: 18 mar. 2018. 204p.

EPAGRI/CEPA. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. *Síntese Anual da Agricultura Catarinense 1995*. Florianópolis. Disponível em: http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=3210. Acesso: 18 mar. 2018. 204p.

ESPÍNDOLA, Carlos José. O impacto geoeconômico da reestruturação técnico-econômica nas estruturas produtivas catarinenses pós-1990. **Formação**. v. 25. p. 97-117, Presidente Prudente/SP, 2018.

FACCIO, Maria da G. A. *O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis*. 1997. 186f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191054>. Acesso em; 20 abr.2019.

FARIA, Luiz A. E. Sobre o conceito do valor agregado: uma interpretação. *Ensaio FEE*. 3(2). p.109-118. Porto Alegre, 1983.

GELBCKE, D. L. *Abastecimento de alimentos orgânicos em circuitos de proximidade: o caso da grande Florianópolis*. 368f. 2018. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia.

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191054>. Acesso em; 20 abr.2019.

GONÇALVES, José S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 7-36. 2005.

HENKES, J. A. *Caracterização dos agentes do mercado atacadista na Ceasa /SC – unidade de São José*. 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191054>. Acesso em; 20 mai.2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produto Interno Bruto, 2018*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=46. Acesso em: 14 maio 2019.

MACHADO, E. V. *Florianópolis um lugar em tempo de globalização*. São Paulo, 2000. 272 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191054>. Acesso em; 20 abr.2019.

MAMIGONIAN, Armen. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina. *O mundo que o português criou: Brasil: século XVI*. ANDRADE, M. C.; FERNANDES, E. M.; CAVALCANTI, S. M. (Orgs.). Recife: CNPq/FJN, p. 67-78, 1998

MARCONDES, T. Agropecuária em Santa Catarina: Cenário atual e principais tendências. *Revista NECAT*, ano 5, n. 9, Florianópolis, 2016, p. 8-38. Disponível em: <http://ncubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/4171>. Acesso em: 15 mar. 2019.

NOTÍCIAS DO DIA. *O cinturão verde que abastece a Grande Florianópolis: Conheça quem são os produtores que alimentam a região*. 2014. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/o-cinturaoverde-que-abastece-a-grande-florianopolis>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Muraro, D., Cuquel, F. L., & Negrelle, R. R. B. (2019). INFLUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRODUTIVO DE PLANTAS ORNAMENTAIS NO PARANÁ. *Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação*, 1(1).

OLTRAMARI, Ana Carla; ZOLDAN, Paulo; ALTMANN, Rubens. *Agricultura orgânica em Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri, 2003. 55 p.

PELUSO Jr., V. A. *Aspectos geográficos de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC/EDUFSC, 1991. 190 p.

PRATES, A. M; CORRÊA, W. K. Produção e comercialização no município de Antônio Carlos: Alguns resultados preliminares. *Geosul*, Florianópolis, v. 2 n. 4, p. 65-72. 1987.

RANGEL, I. M. *Obras Reunidas*. v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ROSA, H. R. *Gênese, evolução e reestruturação da indústria calçadista de São João Batista – SC*. 2014. 270 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191054>. Acesso em; 20 abr.2019.

SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: A formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SEBRAE. *Flores e Plantas Ornamentais do Brasil*. v. 1, Brasília, 2015. 44p.

SERENI, E. La categoría de Formación Económico-social. *Cuadernos de Passado y Presente*. Cordoba, Argentina: Siglo XXI, 1976.

SILVA, M. S da, LOUREIRO; E. B., GALDINO L. K. A. *Evolução da floricultura no estado de Santa Catarina*. 2014. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/58.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SIMAS, D. *Dinâmica socioespacial do município de São José/SC: uma abordagem geográfica*, 2016. 280 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191054>. Acesso em; 20 mai.2019.

SOUZA, G. A. *A inserção de palhoça na região metropolitana de Florianópolis: sua reestruturação econômica e urbana na atual divisão territorial do trabalho*. 2011. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191054>. Acesso em; 20 mai.2019.

VERA, M. H. *As dinâmicas de metropolização e a atuação dos agentes produtores do espaço urbano na área conurbada de Florianópolis*, 2018. 420 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191054>. Acesso em; 20 mai.2019.

WAIBEL, L. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XI, n. 2, p. 159-217, 1949.

ZANIN, Paulo Rodrigo. A contribuição das áreas de colonização germânica ao abastecimento alimentar de Florianópolis-SC. *In: Encontro de Geógrafos de América Latina*, 2011, Costa Rica. *Anais...* . Costa Rica: [s.n.], 2011.

Submetido em: 11/2019

Aprovado em: 02/2020